

Nagibe de Melo Jorge Neto

Juiz Federal. Mestre e doutorando em Direito
pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.
MBA em Poder Judiciário pela FGV-Rio. Professor Universitário.
Professor convidado da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará – ESMEC.
Professor convidado da Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF.

SENTENÇA CÍVEL

Teoria e prática

2014
5ª edição: Revista,
ampliada e atualizada

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções cíveis cabíveis.

SUMÁRIO

Agradecimentos	13
Apresentação.....	15
Nota à 5ª edição	17
Capítulo 1	
INTRODUÇÃO	19
1.1. Acerca da metodologia utilizada.....	21
1.2. A quem interessa saber como se faz uma sentença?	24
Capítulo 2	
O QUE É A SENTENÇA?	27
2.1. Tipos de sentença.....	32
2.2. O princípio da congruência.....	34
Capítulo 3	
O RELATÓRIO	37
3.1. Afinal, qual a função do relatório?.....	42
3.2. Técnica de redação: o uso dos verbos, a divisão dos parágrafos, a ordem dos assuntos.....	43
3.2.1. A ementa	71
3.2.2. Vistos etc.....	74
3.2.3. As denominações das partes	75
3.3. A prova produzida em juízo. A oportunidade para produção da prova	76
3.4. Conteúdo decisório no relatório?	81
3.5. Relatório e reconvenção.....	90
3.6. Relatório e ação declaratória incidental.....	96
3.7. A estruturação lógica vs. a estruturação cronológica do relatório	106
3.8. Sentenças que dispensam o relatório	108
3.9. São muitos réus. Que confusão!	115
3.10. O que deve necessariamente ser dito e o que pode ser omitido no relatório	126
Capítulo 4	
A FUNDAMENTAÇÃO	129
4.1. Técnica de redação: como argumentar. A jurisprudência e as citações doutrinárias	132
4.2. Questões jurídicas e argumentos jurídicos.....	147
4.2.1. As questões jurídicas no projeto do novo Código de Processo Civil.....	155
4.2.2. Os argumentos jurídicos no projeto do novo Código de Processo Civil.....	156

4.2.3.	O uso dos precedentes no projeto do novo Código de Processo Civil.....	159
4.2.4.	Da ponderação de normas	162
4.3.	A ordem de análise das questões postas em juízo.....	164
4.4.	As questões prévias: preliminares e prejudiciais e sua ordem de enfrentamento.....	170
4.5.	As preliminares de mérito.....	173
4.6.	O que pode e o que não pode ser conhecido de ofício pelo julgador.....	175
4.7.	A análise do direito	178
4.8.	A análise dos fatos. O ônus da prova.....	189
4.8.1.	A inversão do ônus da prova.....	206
4.8.2.	Os efeitos da revelia.....	210
4.9.	Sentenças padrão: é possível aumentar a eficiência?.....	217
4.10.	Posso antecipar a tutela na própria sentença? Onde faço isso?	221
4.10.1.	Antecipação de tutela de ofício.....	227

Capítulo 5

O DISPOSITIVO	233
5.1. O Dispositivo e Os Capítulos de Sentença	234
5.2. Técnica de redação.....	238
5.2.1. Casos especiais	243
5.3. Cumulação de ações.....	244
5.3.1. Pedidos cumulados	245
5.3.1.1. Cumulação própria (simples ou sucessiva).....	247
5.3.1.2. Cumulação imprópria subsidiária.....	267
5.3.1.3. Cumulação imprópria alternativa.....	267
5.3.2. Pluralidade de partes.....	267
5.4. Sentença certa, sentença condicional e a sentença sujeita à liquidação.....	275
5.5. Sentença e declaração de inconstitucionalidade	280
5.6. A correção monetária e os juros (moratórios, compensatórios ou ambos?)	282
5.6.1. Os juros e a correção monetária devidos pela Fazenda Pública	299
5.6.2. Os juros e a correção monetária na ação de desapropriação.....	303
5.7. A condenação honorária.....	312
5.7.1. A condenação honorária no Mandado de Segurança	321
5.7.2. A condenação honorária nas ações coletivas para defesa do consumidor e na ação civil pública.....	321
5.8. Os casos de isenção do pagamento de custas judiciais	322
5.9. A justiça gratuita não isenta de condenação nas verbas sucumbenciais!?.....	325
5.10. Não esqueça o duplo grau obrigatório	326
5.10.1. Exceções à regra	327
5.11. A Cominação de multas	331
5.12. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.	334
5.12.1. A sentença proferida em audiência. Peculiaridades.....	334

Capítulo 6

CASOS ESPECIAIS	337
6.1. Denúnciação da lide.....	337

SUMÁRIO

6.2. Oposição	344
6.3. A reconvenção.....	345
6.4. A Ação Monitória.....	345
6.5. A Ação de Improbidade	354
Capítulo 7	
OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	365
7.1. Técnica de Redação	365
7.2. O Dispositivo	369
Capítulo 8	
O TRABALHO DA ASSESSORIA	373
8.1. A Pesquisa.....	375
8.2. O Momento Argumentativo	375
8.3. A Produção de Sentenças.....	376
8.4. A Finalização	377
Capítulo 9	
QUESTÕES COMENTADAS.....	381
Capítulo 10	
QUESTÕES DE CONCURSOS.....	405
Referências bibliográficas	419